

Notícias do dia 15 de março



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 6

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO

Servidores são afastados por suspeita em licitação 3

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

TCE e MP arquivam investigações contra governos do PSDB em Goiás..... 5

FOCA LÁ O PORTAL DE FORMOSA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Operação afasta 6 servidores efetivos da Saneago por suposto envolvimento com fraudes em licitações 6

JORNAL A VOZ DO POVO ONLINE - GO
TCE - GO

Operação afasta 6 servidores efetivos da Saneago por suposto envolvimento com fraudes em licitações 8

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN - NOTÍCIAS
TCE - GO

Com inscrições abertas, 5º Simpósio Nacional de Educação debate desafios após reflexos da pandemia 10

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS
TCE - GO

Começam hoje as inscrições para o 5º Sined 12

Servidores são afastados por suspeita em licitação

Karla Araújo

Cinco servidores públicos foram alvos de mandados de afastamento da função, no âmbito da Operação Custo Máximo, deflagrada pela Polícia Civil, por meio da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), nesta terça-feira (14). A operação apura prejuízo de R\$ 6,4 milhões em contrato de 2021 entre a Saneamento de **Goiás** S/A (Saneago) e empresa do Rio Grande do Sul que firmou contrato com a estatal goiana para fornecimento de produtos por meio dealmoxarifado virtual.

De acordo com o delegado Danilo Victor Nunes de Souza, os materiais eram fornecidos com valores superfaturados. Além disso, a Polícia Civil também apura fraude no processo de licitação.

A suspeita de irregularidade no contrato da Saneago com BRS Distribuição e Suprimentos já circula na **administração estadual** há pelo menos um ano. Em janeiro de 2022, o governador Ronaldo Caiado (UB) indicou o então diretor-executivo de Liquidação de Estatais da Secretaria de Administração (Sead), Edson Sales de Azeredo

Souza, para ocupar a diretoria de Gestão Corporativa e substituir Silvana Canuto Medeiros, supostamente envolvida em irregularidades do contrato em questão. Na época, já circulava nos bastidores informação de que havia investigação em curso sobre o caso.

Ao todo, foram cumpridos mandados judiciais em **Goiás**, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Foram 21 mandadas de busca e apreensão, cinco de afastamento da função pública (casos dos servidores), seis de proibição de frequência a determinados lugares e quatro mandados de proibição de contratar com o poder público. Ninguém foi preso nesta fase da operação.

Segundo Souza, são alvos um supervisor que trabalhava na superintendência de logística, um servidor da gerência de compras, uma gestora de contrato, uma fiscal de contrato e ainda uma assessora que trabalhava com a diretora afastada no início de 2022. Silvana também foi alvo de um dos mandados e não pode comparecer à Saneago ou entrar em contato com os investigados.

FRAUDE

A investigação também apontou, segundo o delegado, que a empresa, após contratada, vendia produtos acima do preço de mercado para a Saneago. Eram materiais como ferramentas e produtos específicos de tratamento de água. "Os bens eram repassados para a Saneago a alto custo. E o preço do serviço era com base em um formato totalmente desvantajoso, era muito alto, cobrava 75% do preço de serviço, que era considerado muito alto para os padrões", afirmou.

O contrato firmado foi de R\$ 85 milhões. Do total, R\$ 22 milhões foram executados. De acordo com Danilo, há indício de que R\$ 6,4 milhões foram pagos indevidamente à empresa (em meio ao superfaturamento de produtos e serviços). Houve pedido de bloqueio de bens de investigados na ordem do prejuízo apurado.

Souza explica que a primeira licitação para contratar o serviço ocorreu em 2019, mas foi cancelada após intervenção da Con-troladoria-Geral do Estado (C-GE), que apontou a participação de apenas uma empresa, do Rio Grande do Sul, e outras irregularidades.

No segundo processo, realizado em 2020, a mesma empresa entrou na concorrência mais uma vez, junto com outra do Distrito Federal. No entanto, há suspeita de que essa segunda empresa foi usada apenas para simular a concorrência.

DEFESA

Em nota, a Saneago informou que não houve mandado de busca e apreensão em nenhuma unidade da companhia, e que está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. "Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação", in forma o texto.

A estatal argumentou ainda que o contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. "De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago", diz a companhia.

A empresa também informou que foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial, que a companhia aguarda o resultado das investigações e colaborará para esclarecimentos. "A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso", afirma o texto.

Também por nota, o advogado de Silvana, Matheus Costa, disse que a defesa ainda não teve acesso aos autos, mas, levando em consideração o que foi apurado em inquérito, vê as medidas deflagradas com "bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria-Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado".

O advogado afirmou ainda que todas as questões serão enfrentadas no processo, demonstrando que não há ligação entre Silvana e as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes. A reportagem entrou em contato com a BRS, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

"Os bens eram passados repassados para a Saneagoa alto custo. Eo preço do serviço era com base em um em um formato totalmente desvantajoso" Danilo Victor Nunes de Souza, delegado da Polícia Civil

Nos bastidores, a informação sobre a investigação do caso já circulava no Saneago há pelo menos um ano

Marconi usa investigação para atacar o governo

A Operação Custo Máximo provocou reação do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) nas redes sociais, que usou o caso para atacar a gestão de Ronaldo Caiado (UB). "Fizeram tantas perseguições em relação aos meus governos e todas elas sem resposta. Todas foram absolvidas, não encontraram nada. Agora, temos aí mais uma prova de quem faz um rei no de corrupção e desvios: o próprio governo Caiado", escreveu o tucano. A Saneago também foi alvo de operações de combate à corrupção durante as gestões do PSDB.

Caiado e Marconi travam embates de discurso desde que o governador assumiu o mandato em 2019. Com frequência, Caiado usa seus discursos para atacar as gestões do adversário.

Uma das mais recentes foi durante evento de assinatura da transferência do controle societário da

Enel para a brasileira Equatorial Energia.

SUBTERRÂNEO

Na oportunidade, o governador disse que o dinheiro da privatização da antiga **Celg-D** foi usado na eleição de 2018 e insinuou que as tratativas foram realiza das às escondidas, com assinatura no "subterrâneo de alguma casa aqui de Goiânia". Desde o início da gestão. Caiado culpa a venda da **Celg-D** para a Enel pelos problemas na distribuição de energia elétrica em **Goiás**.

Por outro lado, Marconi também usa com frequência as suas redes sociais para criticara atual gestão estadual.

E a Saneago também é alvo de interesses partidários na mudança do secretariado. Com o início do segundo mandato de Caiado, houve especulações sobre a estatal passar ao comando do presidente estadual do PP, Alexandre Baldy. No entanto, o pepista foi indicado para a **Agência Goiana de Habitação (Agehab)**. O atual presidente da Saneago é Ricardo José Soavinski.

Site: <https://opopular.com.br/digital/15-marco-2023/1o-caderno>

TCE e MP arquivam investigações contra governos do PSDB em Goiás

Reconhecimento da legalidade dos atos", diz defesa de Marconi Perillo (Diomício Gomes)

Duas investigações relacionadas aos governos do PSDB em **Goiás** foram arquivadas nos últimos dias, em medidas adotadas pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** e o Ministério Público Estadual (**MP-GO**). As ações apuravam suposto desvio de recursos em obra rodoviária e improbidade administrativa na concessão de benefícios fiscais.

O **TCE-GO** arquivou por unanimidade processo relacionado a Tomada de Contas Especial instaurada pela **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) para investigar supostas irregularidades nas **obras** de pavimentação da **rodovia GO-230**, no trecho entre Água Fria de **Goiás** e Mimoso de **Goiás**. O acórdão foi publicado na última terça-feira (14).

O contrato, feito com a Terra Forte Construtora, foi alvo da Operação Terra Fraca da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) - criada no governo de Ronaldo Caiado (UB) -, deflagrada em junho de 2021, que cumpriu mandados de busca em endereços do ex-governador José Eliton (PSB, ex-PSDB), mesmo sem citação dele no inquérito. O ex-presidente da Goinfra (então Agetop) Jayme Rincón e o empresário Carlos Eduardo Pereira da Costa, dono da construtora, também foram alvos.

O relator do processo no **TCE-GO**, **conselheiro Kennedy Trindade**, votou pelo arquivamento, alegando falta de provas de dano ao erário, e foi seguido pelos demais colegas. "Corroborando com o posicionamento da unidade técnica especializada e da auditoria designada (...), voto pela ausência do pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, qual seja, a ocorrência do dano ao erário e proponho como providência o arquivamento dos autos", justificou o relator.

O processo teve como origem representação da **Controladoria Geral do Estado (CGE)** a partir de inspeção nas **obras** e o próprio **TCE-GO** determinou a tomada de contas à Goinfra.

A obra foi paralisada diversas vezes e teve aditivos até 2018, totalizando R\$ 65,7 milhões. Na época da Terra Fraca, a Deccor afirmou que havia suspeita de desvio

de R\$ 46 milhões, em valores atualizados.

Jayme Rincón afirmou que a decisão "serve para recolocar a verdade dos fatos". "Desde o início de todas essas pirotecnias do atual governo, com acusações infundadas, armações e pareceres forjados, eu sempre disse que não encontrariam absolutamente nada, como efetivamente não encontraram", diz.

A Goinfra informou que ainda segue em andamento na pasta Processo Administrativo de Responsabilidade de Fornecedores (PAF), que apura suposta sub-rogação contratual ilegal do contrato, mas afirmou que o procedimento é sigiloso. Sobre a decisão do **TCE-GO**, o órgão disse que ainda não foi notificado.

A Deccor informou que concluiu o inquérito, indiciou os investigados e remeteu à Justiça, sem dar maiores detalhes. A defesa de Jayme confirmou que há ação judicial, mas diz que não houve avanços.

Já em outra frente de investigação, o **MP-GO** iniciou uma série de arquivamentos de ações que apontavam improbidade administrativa do ex-governador Marconi Perillo, hoje presidente estadual do PSDB, na concessão de benefícios fiscais a empresas do setor sucroalcooleiro.

A promotora Villis Marra havia proposto, em 2019, 24 ações contra o ex-governador, considerando uma para cada beneficiária. Na ocasião, houve pedido de bloqueio de bens de R\$ 1 bilhão do tucano. Os benefícios fiscais foram concedidos a partir de lei aprovada 2012, em proposta de Marconi.

Nos sete pedidos de desistência das ações, datadas de fevereiro deste ano, o promotor Astúlio Souza aponta mudanças na lei de improbidade administrativa, em 2021, e falta de comprovação de dolo e de ilegalidades.

A defesa de Marconi afirmou que os arquivamentos representam "reconhecimento da legalidade dos atos".

Site: <https://opopular.com.br/politica/tce-e-mp-arquivam-investigac-es-contra-governos-do-psdb-em-goias-1.3008894>

Operação afasta 6 servidores efetivos da Saneago por suposto envolvimento com fraudes em licitações

Daniély Schnorr

Seis servidores efetivos da companhia Saneamento de Goiás S/A (Saneago) foram afastados das funções públicas, nesta terça-feira (14/03), por suposto envolvimento com fraudes em licitações. Operação da Polícia Civil (PC) cumpre 37 mandados para busca e apreensão, afastamento de função e bloqueio de R\$ 6,4 milhões em bens em Goiás, Distrito Federal (DF) e Rio Grande do Sul (RS).

De acordo com a corporação, um dos funcionários afastados já tinha sido suspenso do cargo em operação policial anterior. Mais detalhes serão compartilhados em coletiva de imprensa prevista para esta manhã.

A Saneago afirmou em nota que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da companhia e que está à disposição para colaborar com a Polícia Civil. "Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação", ressaltou (veja nota completa abaixo).

Investigação e consequências imediatas

Alvos da investigação ficarão proibidos de estabelecer contratos com o poder público.

Denominada Custo Máximo, a ação apura ainda direcionamento de processo licitatório e associação criminosa.

Aguarde mais informações.

Respostas

Advogado que representa a diretora de Gestão Corporativa e funcionário da companhia, dois dos afastados, se manifestou por meio de nota. Veja a íntegra:

"Quanto à Operação Alto Custo, da Polícia Civil, o advogado Matheus Costa, do Pacheco & Costa Advogados, resalta que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já foi apurado em inquérito, a defesa de SILVANA

CANUTO MEDEIROS vê essas medidas deflagradas com bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado.

Por sua vez, quanto a defesa de ROBSON ALMEIDA RAMOS, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato.

Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação de Silvana e Robson com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes.

Advogado Matheus Costa"

Veja a íntegra da nota-resposta da Saneago:

"Em relação à Operação Custo Máximo, informamos que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da Companhia, e que a Saneago está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação.

A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso.

O contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago.

Foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial.

A Saneago aguarda os resultados das investigações. E, como sempre tem feito nesta gestão, seguirá colaborando para esclarecimentos".

Site: <https://focala.com.br/editorias/estado/operacao-afasta-6-servidores-efetivos-da-saneago-por-suposto-envolvimento-com-fraudes-em-licitacoes>

Operação afasta 6 servidores efetivos da Saneago por suposto envolvimento com fraudes em licitações

Jornal A Voz do Povo

Investigação bloqueia R\$ 6,4 milhões em bens. Alvos são de Goiás, DF e RS

Seis servidores efetivos da companhia Saneamento de Goiás S/A (Saneago) foram afastados das funções públicas, nesta terça-feira (14), por suposto envolvimento com fraudes em licitações. Operação da Polícia Civil (PC) cumpre 37 mandados para busca e apreensão, afastamento de função e bloqueio de R\$ 6,4 milhões em bens em Goiás, Distrito Federal (DF) e Rio Grande do Sul (RS).

De acordo com a corporação, um dos funcionários afastados já tinha sido suspenso do cargo em operação policial anterior. Mais detalhes serão compartilhados em coletiva de imprensa prevista para esta manhã.

A Saneago afirmou em nota que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da companhia e que está à disposição para colaborar com a Polícia Civil. "Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação", ressaltou (veja nota completa abaixo) .

Denominada Custo Máximo, a ação apura ainda direcionamento de processo licitatório e associação criminosa.

"Quanto à Operação Alto Custo, da Polícia Civil, o advogado Matheus Costa, do Pacheco & Costa Advogados, resalta que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já foi apurado em inquérito, a defesa de SILVANA CANUTO MEDEIROS vê essas medidas deflagradas com bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado.

Por sua vez, quanto a defesa de ROBSON ALMEIDA RAMOS, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por

supostas irregularidades no referido contrato.

Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação de Silvana e Robson com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes.

Advogado Matheus Costa"

Veja a íntegra da nota-resposta da Saneago:

"Em relação à Operação Custo Máximo, informamos que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da Companhia, e que a Saneago está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação.

A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso.

O contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago.

Foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial.

A Saneago aguarda os resultados das investigações. E, como sempre tem feito nesta gestão, seguirá colaborando para esclarecimentos".

*Com Áulus Rincon/Mais Goiás

Desenvolvimento: ElementWeb

Site: <https://avozdopovo.com.br/operacao-afasta-6-servidores-efetivos-da-saneago-por-suposto->

envolvimento-com-fraudes-em-licitacoes/

Com inscrições abertas, 5º Simpósio Nacional de Educação debate desafios após reflexos da pandemia

Os interessados em participar da quinta edição do Simpósio Nacional de Educação (5º Sined), que neste ano será realizado no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, de 10 a 12 de maio, poderão se inscrever, gratuitamente, a partir desta quarta-feira (15/mar), acessando a plataforma Sophos disponível no site do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). O hotsite do evento também disponibiliza link para as inscrições (Acesse aqui).

Para a conferência de abertura foram convidados o ministro da Educação, Camilo Santana, e a senadora Professora Dorinha, pelo Tocantins, que, enquanto deputada federal, destacou-se na regulamentação do Fundeb. O evento reunirá autoridades, especialistas e gestores de diferentes regiões brasileiras para um debate sobre os desafios e meios para melhorar a educação no País, após os reflexos negativos causados pela pandemia (Confira programação provisória).

Estão previstos painéis sobre o monitoramento dos planos de educação pelos tribunais de contas, qualidade da educação pública e o controle externo, perspectivas para o financiamento da educação, o Sistema Nacional de Educação, iniciativas relevantes do controle externo e o Sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação. Outra discussão será a carreira do magistério e o professor como solução da qualidade educacional, a inteligência artificial na educação pública e os arranjos administrativos para a educação infantil. Destaque, ainda, para a educação na primeira infância e os desafios para a equidade na educação.

O tema deve envolver não apenas o setor público, mas também a iniciativa privada e a sociedade civil, como defende o **conselheiro** Fabrício Motta (TCM-GO) em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo: "O que podemos fazer pela educação?" Ele chama a atenção para recente estudo da Fundação Getúlio Vargas que evidencia os danos provocados pela baixa qualidade do ensino e como isso impacta negativamente no desenvolvimento nacional.

O **conselheiro** mostra que o cruzamento de informações sobre numerosas pesquisas

internacionais sobre a relação entre educação e crescimento econômico permite concluir que o Brasil poderia adicionar dois pontos percentuais ao seu Produto Interno Bruto (PIB) caso os estudantes brasileiros chegassem aos 15 anos de idade com nível semelhante ao das nações desenvolvidas. Ao contrário disso, o Brasil patina em seu crescimento há décadas.

Fabrício Motta defende que, a partir da visão de que "o proveito da boa educação é revertido para toda a sociedade, é possível sustentar que o esforço para tal alcance deve ser coletivo, do ambiente público e da sociedade, o que significa ação articulada, coordenada e efetiva". E exemplifica a diretriz que os tribunais de contas vêm trilhando a propósito, incentivando a instalação de Gabinetes de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação (Gaepes), pelo País.

Esses gabinetes foram idealizados pelo Instituto Articule e são fruto da cooperação com a Atricon e o IRB e reúnem, "em um ambiente horizontal de diálogo, as secretarias e os conselhos de educação, os tribunais de contas, o Judiciário, os ministérios públicos Estadual e de Contas, a Defensoria Pública, o Poder Legislativo e a sociedade civil. O objetivo é apoiar o gestor no enfrentamento dos desafios na área da educação e fortalecer o regime de colaboração.

O 5º Sined será realizado em parceria pelo **TCE-GO**, **TCM-GO** e Instituto Rui Barbosa (IRB), com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

SERVIÇO

Evento: 5º Simpósio Nacional de Educação (Sined)

Data: 10 a 12/05/2023

Local: Auditório **Conselheiro** José Sebba, sede do **TCE-GO**, em **Goiânia-GO**

Hotsite do evento: <https://sined.tce.go.gov.br/>

Inscrições: <https://sined.tce.go.gov.br/inscreva-se>

Programação provisória: clique [AQUI](#)

Texto: Antônio Gomes

Site:

<http://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/4340>

Começam hoje as inscrições para o 5º Sined

Artigo do **conselheiro** Fabrício Motta (TCMGO) no Estadão conclama a participação da sociedade.

Os interessados em participar da quinta edição do Simpósio Nacional de Educação (5º Sined), que neste ano será realizado no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, de 10 a 12 de maio, poderão se inscrever, gratuitamente, a partir de hoje (15/mar), acessando a plataforma Sophos disponível no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCMGO). O hotsite do evento também disponibiliza link para as inscrições (Acesse aqui).

Para a conferência de abertura foram convidados o ministro da Educação, Camilo Santana, e a senadora Professora Dorinha, pelo Tocantins, que, enquanto deputada federal, destacou-se na regulamentação do Fundeb. O evento reunirá autoridades, especialistas e gestores de diferentes regiões brasileiras para um debate sobre os desafios e meios para melhorar a educação no País, após os reflexos negativos causados pela pandemia (Confira programação provisória).

Estão previstos painéis sobre o monitoramento dos planos de educação pelos tribunais de contas, qualidade da educação pública e o controle externo, perspectivas para o financiamento da educação, o Sistema Nacional de Educação, iniciativas relevantes do controle externo e o Sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação. Outra discussão será a carreira do magistério e o professor como solução da qualidade educacional, a inteligência artificial na educação pública e os arranjos administrativos para a educação infantil. Destaque, ainda, para a educação na primeira infância e os desafios para a equidade na educação.

O tema deve envolver não apenas o setor público, mas também a iniciativa privada e a sociedade civil, como defende o **conselheiro** Fabrício Motta (TCMGO) em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo: "O que podemos fazer pela educação?" Ele chama a atenção para recente estudo da Fundação Getúlio Vargas que evidencia os danos provocados pela baixa qualidade do ensino e como isso impacta negativamente no desenvolvimento nacional.

O **conselheiro** mostra que o cruzamento de informações sobre numerosas pesquisas internacionais sobre a relação entre educação e crescimento econômico permite concluir que o Brasil poderia adicionar dois pontos percentuais ao seu

Produto Interno Bruto (PIB) caso os estudantes brasileiros chegassem aos 15 anos de idade com nível semelhante ao das nações desenvolvidas. Ao contrário disso, o Brasil patina em seu crescimento há décadas.

Fabrício Motta defende que, a partir da visão de que "o proveito da boa educação é revertido para toda a sociedade, é possível sustentar que o esforço para tal alcance deve ser coletivo, do ambiente público e da sociedade, o que significa ação articulada, coordenada e efetiva". E exemplifica a diretriz que os tribunais de contas vêm trilhando a propósito, incentivando a instalação de Gabinetes de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação (Gaepes), pelo País.

Esses gabinetes foram idealizados pelo Instituto Articule e são fruto da cooperação com a Atricon e o IRB e reúnem, "em um ambiente horizontal de diálogo, as secretarias e os conselhos de educação, os tribunais de contas, o Judiciário, os ministérios públicos Estadual e de Contas, a Defensoria Pública, o Poder Legislativo e a sociedade civil. O objetivo é apoiar o gestor no enfrentamento dos desafios na área da educação e fortalecer o regime de colaboração.

O 5º Sined será realizado em parceria pelo **TCE-GO**, TCMGO e Instituto Rui Barbosa (IRB), com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

SERVIÇO

Evento: 5º Simpósio Nacional de Educação (Sined)

Data: 10 a 12/05/2023

Local: Auditório **Conselheiro** José Sebba, sede do **TCE-GO**, em **Goiânia-GO**

Hotsite do evento: <https://sined.tce.go.gov.br/>

Inscrições: <https://sined.tce.go.gov.br/inscreva-se>

Programação provisória: clique AQUI

Site: [https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/03/comecam-
hoje-as-inscricoes-ao-5o-sined/](https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/03/comecam-hoje-as-inscricoes-ao-5o-sined/)